

Pais de alunos são contra paralisação

Os pais de alunos estão acompanhando as negociações entre o GDF e o Sindicato dos Professores do DF (Sinpro) desde a última greve, e a Comissão Executiva do Conselho de Pais de Alunos vai pedir ao governador Joaquim Roriz a ilegalidade do movimento, caso os professores decidam cruzar os braços na assembleia de hoje. Para os pais, é muita "irresponsabilidade e insensatez dos professores jogar para o alto todas as oportunidades de ascensão profissional em nome de dois meses".

Preocupados com a qualidade do ensino oferecido aos seus filhos, os pais colocam-se a favor do PCS, e outro pedido que farão a Roriz diz respeito a não-retirada do PCS da Comissão do DF, como chegou a ser noticiado ou-

tem. A intenção do GDF não é retirar o PCS, mas os pais entendem que o momento pede a mobilização de professores, pais e alunos para que o projeto possa ser votado, em caráter extraordinário, na Comissão do DF no Senado Federal, na próxima quarta-feira. "Temos que ir todos juntos para o Senado e pressionar os parlamentares para que o projeto seja aprovado", afirmou Hailhi Dias, da Comissão Executiva.

Mesmo com a deflagração de uma greve, os pais garantem que exibirão a reposição das aulas aos 35 mil alunos da FEDF. No entender da Comissão, os professores já estão tentando prejudicar a reposição das aulas, na medida em que marcam suas assembleias para os sábados de

manhã. Desde o início das negociações, três assembleias realizaram-se aos sábados e, com a de hoje, já serão quatro dias perdidos.

O indicativo para a assembleia dos professores hoje, às 9h, no estádio Mané Garrincha, é de greve e se a categoria ainda não cruzou os braços é porque cumpre com a determinação de "aviso prévio" da nova legislação. Preocupado com o fato, o GDF já apresentou sua contra-proposta na quarta-feira, mas a implantação do Plano de Cargos e Salários, que os professores desejam para outubro, podendo ceder até novembro (com valores retroativos), só poderá ser viabilizada economicamente pelo governo a partir de janeiro.

A proposta do GDF supera, em parte, as reivindicações dos professores. Na questão salarial, o GDF oferecerá, a partir de janeiro, mais 26,06 por cento sobre o salário calculado no PCS. Esse percentual já está sendo oferecido aos professores para este mês e o seguinte, dezembro. "Isso significa que o expurgo do Plano Bresser (26,06 por cento) morrerá em dezembro, mas renascerá em janeiro, já embutido no PCS", afirmou o secretário de Comunicação Social, Renato Riella. Tal decisão do governador Joaquim Roriz não tem o apoio das assessorias jurídica e financeira, pois, somente o PCS terá um impacto real de 57 por cento sobre a folha de pagamento, com variações percentuais de 34 a 80 por cento.

O Sindicato dos Professores alega que todas as conquistas obtidas no último acordo coletivo, negociado a partir da greve de 55 dias, deflagrada em maio, estão sendo retiradas agora, no projeto do PCS. Referem-se à ajuda de custo para a interiorização do serviço, calculada com percentuais diferenciados. A solução do GDF é deslocar a ajuda de custo, originariamente destinada ao transporte, para as regiões rurais e em casos específicos por pontuações regulamentadas no PCS.

Riella afirma que, caso a greve seja deflagrada hoje, o ano letivo, já reduzido para 180 dias, será ainda mais prejudicado. "Compromete inclusive as férias de uma população que já não folgou no meio do ano, por conta da greve de maio", pondera Riella, para quem o governador Joaquim Roriz "abrirá o caixa", caso os professores optem pelo movimento paredista.